
Crítica imanente a uma teoria marxista do jornalismo: Adelmo Genro e seus problemas teóricos¹

Carlos Figueiredo²
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Resumo

A obra de Adelmo Genro *O Segredo da Pirâmide* é um marco nos estudos sobre Teoria do Jornalismo no Brasil. Publicado em 1987, o livro descreve o jornalismo como uma instância produtora de conhecimento que parte da singularidade dos fatos. A importância da obra é inegável e reconhecida tanto por pesquisadores marxistas quanto não marxistas. Entretanto, Genro descuida de categorias básicas do materialismo-histórico como o trabalho – sem atentar para a subsunção do trabalho intelectual e suas contradições – e eterniza o “jornalismo industrial” e sua estética como sua forma última, acabando por flertar com uma ideia próxima ao fim da história do jornalismo. Tais omissões e descuidos tornam questionáveis as tentativas de embasar uma teoria marxista do jornalismo a partir da referida obra.

Palavra-chave: Adelmo Genro; Jornalismo; Subsunção; Economia Política da comunicação; Trabalho

1. Introdução

O campo teórico da comunicação – incluído aqui o subcampo teórico do jornalismo – não é um espaço acolhedor para o marxismo. Tal afirmação é ancorada em estudos históricos como o de Simpson (1994) e mais recentemente um amplo estudo quantitativo a partir de publicações do campo da comunicação em inglês feito por Slaček Brlek e Mance (2024). Os resultados encontrados por Slaček Brlek e Mance levou-os a argumentarem que há um forte tabu e marginalização em relação às teorizações marxistas no campo da comunicação, uma realidade muito diferente da encontrada em outras Ciências Sociais e comparável apenas a áreas mais conversadoras como a Economia – em que o Marxismo ainda possui mais espaço que na Comunicação e seus subcampos – e na administração.

Entretanto, um autor brasileiro, ligado à teorização sobre jornalismo e considerado um pai fundador desse subcampo no Brasil, furou esse bloqueio: Adelmo Genro Filho. A obra *O Segredo da Pirâmide: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo*

¹ Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Sociologia, Mestre em Comunicação e Jornalista, professor permanente do Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe (PROPEC-UFS) e professor substituto do Curso de Jornalismo da UFS. E-mail: carlospfs@gmail.com.

(GENRO, 2012) – publicada em 1987 e fruto da sua dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - é um clássico dos estudos de jornalismo no Brasil. Partindo das primeiras teorizações estéticas de Lukács (1970), Genro defende que o jornalismo é uma instância produtora de conhecimento baseada na singularidade dos fatos podendo, a partir daí, se estender para a particularidade e mesmo universalidade desses fatos. Genro pretendia demonstrar que o jornalismo não é uma forma de conhecimento degradada, fragmentária da realidade ou menor que a arte ou ciência, e é bem-sucedido nessa empreitada.

Todavia, sua teoria marxista do jornalismo, quando examinada do ponto de vista marxista, apresenta pontos cegos que a levam a pontos de contatos com a teoria mainstream do jornalismo e que a tornam palatáveis para não marxistas. Na linguagem lukacsiana, Genro coloca o jornalismo industrial como um complexo (LUKÁCS, 2013) produtor de conhecimento especializado – no que acompanhamos o autor -, mas acaba entendendo o que chama de jornalismo industrial como o ápice civilizatório desse complexo cabendo a jornalistas ligados a projetos contra-hegemônico adotarem essas técnicas com uma perspectiva diferente. Não há muito espaço para grupos populares conseguirem se comunicar sem recorrer a especialistas, ou seja, uma comunicação popular vinda dos “de baixo”.

Pela pouca leitura de Crítica da Economia Política demonstrada no decorrer da sua obra, Genro não consegue enxergar que as potencialidades libertadoras do jornalismo ou de qualquer outro setor da Indústria Cultural estão nas dificuldades do capital em subsumir o trabalho intelectual, e não na essência de uma ou outra técnica que pode ser apropriada para outros fins. A apropriação social de técnicas e tecnologias é importante, mas é, no fim e ao cabo, apropriação de trabalho intelectual (BOLAÑO, PAEZ e HERRERA-JARAMILLO, 2017).

Outro ponto a ser criticado é o uso de termos como “jornalismo industrial” que o autor adota para criticar a existência da nostalgia de autores como Habermas (2003) em relação ao jornalismo político-literário do século XIX e à constituição da Esfera Pública Burguesa. A nostalgia, que concordo existir, é criticada de forma equivocada, pois o jornalista continua sendo um trabalhador intelectual e alguns, que ganham o status de comentaristas, tornam-se intelectuais orgânicos das classes dominantes. O jornalismo continua a funcionar como uma manufatura em muitas instâncias, embora as tecnologias

e a crise do jornalismo tenham imposto a diminuição e precarização da mão de obra (FIGUEIREDO, 2019).

O objetivo desse trabalho é realizar uma crítica imanente à obra de Adelmo Genro. Não se trata, portanto, de uma crítica feita a partir de padrões ou exigências externas ao marxismo, mas uma crítica interna, de quem se situa no mesmo campo. Dessa forma, a crítica feita aqui não coloca em questão o caráter marxista da obra de Genro ou de suas intenções anticapitalistas. Partiremos do marco teórico da Crítica da Economia Política da Comunicação, que nada mais é que a aplicação das categorias da Crítica da Economia Política aos fenômenos comunicacionais ou, como Bolaño e Bastos (2020, p.177) conceituaram, “o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas”.

2. Jornalismo e Indústria Cultural

Em *O Segredo da Pirâmide*, Genro critica várias vertentes dos estudos em comunicação e jornalismo para demonstrar que a maioria delas degrada o conhecimento produzido pelo jornalismo relacionando sua prática à manipulação e à transformação de seus produtos em mercadoria – no caso das vertentes críticas - ou adota uma perspectiva liberal e positivista que acaba por ocultar suas potencialidades revolucionárias. Dessa forma, a categoria chave a partir da qual a Escola de Frankfurt compreenderia o jornalismo seria a manipulação. E para provar seu ponto, Genro recorre à crítica do clássico *Transformações Estruturais da Esfera Pública* de Jürgen Habermas (2003).

Nessa obra, Habermas (2003) considera que o “jornalismo industrial” significou a invasão da Esfera Pública Burguesa, baseada na livre discussão entre iguais e na vitória do melhor argumento, por interesses particulares e comerciais a partir do jornalismo voltado para a venda de espaço publicitário e da maior tiragem possível. Embora muitos autores considerem Habermas o representante de uma abordagem frankfurtiana para o jornalismo, o argumento habermasiano é kantiano e liberal. Habermas idealizou a esfera pública burguesa e seus ideais de igualdade e melhor argumento mostrando nostalgia em relação ao chamado jornalismo político-literário, que seria uma expressão iluminista da prática jornalística.

Adorno e Horkheimer (2006) diriam que as ideias burguesas de igualdade e melhor argumento sempre foram um mito, essa seria a dialética do iluminismo. As próprias ideais de razão, igualdade e progresso, que teriam surgido para libertar a humanidade de mitos acabariam transformando-se eles mesmos em mitos para sustentar um sistema de dominação. A indústria cultural se tornaria um veículo de massificação desses mitos no momento em que a lógica da valorização invade o campo da arte e da comunicação que ainda era um espaço de liberdade possível dentro do sistema capitalista. Diferentemente de Adorno e Horkheimer, Habermas, na sua primeira fase teórica, era um liberal nostálgico.

O grande ponto cego de Adorno e Horkheimer é que - apesar de compreenderem corretamente que as massas não fazem arte, já colocando em questão o problema do trabalho artístico ou intelectual - tratam a questão do trabalho apenas no plano filosófico, não enfrentando o problema a partir da teoria do valor, como apontam Bolaño e Bastos (2020). Dessa forma, é importante recuperarmos o conceito de Indústria Cultural tal como elaborado no trabalho de Bolaño (2000) e incorporado à Economia Política da Comunicação (EPC) brasileira.

A Indústria Cultural é uma estrutura mediadora própria do capitalismo monopolista e apresenta duas funções primordiais: publicidade e propaganda. A primeira seria a mediação entre consumidores e capitais enquanto a segunda seria a mediação entre cidadãos e o Estado ampliado. Entretanto, como se trata de um tipo de comunicação persuasiva, é necessária uma terceira função: a função programa, responsável por trazer a cultura popular e erudita, assim como elementos da experiência cotidiana, para a estrutura mediadora. Essas mediações são construídas por uma gama de trabalhadores intelectuais – jornalistas, músicos, diretores, artistas, roteiristas etc. – cujo trabalho é mais difícil de ser subsumido totalmente pelo capital e é aqui que reside o caráter contraditório do trabalho intelectual do jornalista e de outros trabalhadores das diferentes indústrias culturais.

Genro, ao tratar do jornalista como trabalhador, defende que a nostalgia em relação jornalismo político-literário ou formas de fazer jornalismo diferentes daquelas estabelecidas pelo chamado jornalismo profissional se deve à perda de *status* do jornalista como intelectual. E, apresenta uma visão estreita em relação ao trabalho do jornalista.

O problema central é que, assim como os produtos industriais não são mais confeccionados pelo modesto artesão e suas ferramentas individuais, mas coletivamente numa linha de montagem, a informação jornalística manifesta - predominantemente - uma percepção de classe ou grupo social. O talento, a capacidade técnica e a visão ideológica pessoal de cada jornalista são importantes, como já foi acentuado, e poderão até prestigiá-lo diante de seus colegas e do público, não tanto como criador, mas principalmente como intérprete de uma percepção social da realidade, que ele vai reproduzir e alargar. (GENRO, 2012, p.184)

O que Genro não compreende é que quaisquer comparações dos bens industriais com bens simbólicos são erros crassos. Os bens simbólicos são industriais apenas no sentido da reprodutibilidade técnica. O trabalho do jornalista ainda deve ser comparado ao de um artesão, no caso o artesão que trabalha no que Marx (2013) chama de manufatura heterogênea. Nesse tipo de manufatura, cada trabalhador era especializado em uma parte da produção e já existiam divisão e controle do trabalho. No caso do jornalista, o controle do trabalho deve ser conduzido não apenas no plano da técnica com os manuais de redação, mas também no plano ideológico em que apenas os manuais não são suficientes, dessa forma, são acionadas a socialização com jornalistas mais antigos e a linha editorial como Breed (1993) e Soloski (1993) apontaram.

3. Jornalismo e Trabalho

Genro reconhece que o jornalismo industrial é, dentro da sociedade capitalista, uma forma usada para manipulação e controle. E, considera que isso se deve à propriedade privada dos meios de comunicação e à hegemonia da ideologia burguesa. Contudo, defende também que, a “apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas na perspectiva de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária”(GENRO, 2012, p. 221-222). A ciência e arte, as formas de conhecimento, citadas nas primeiras obras estéticas de Lukács também podem servir a propósitos progressistas, mas a questão não é a técnica e, sim, o tipo de trabalho empregado nessas áreas, mais difíceis de serem subsumidos pelo capital.

Os trabalhos posteriores de Lukács sobre Estética, nesse caso a obra de três volumes do marxista húngaro, oferecem um caminho mais fértil para pensar o jornalismo. No primeiro volume de sua estética, Lukács (1965) vai pensar o trabalho e a

possibilidade de “suspensão da cotidianidade”. O cotidiano, para Lukács, é o lugar da alienação, o que é comum, pois para tarefas simples e repetitivas que realizamos diariamente precisamos suspender a dúvida e tomar alguns procedimentos diários como dados. A vida cotidiana, segundo Heller (1972), “solicita todas as nossas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade em especial”, o que impediria a suspensão da cotidianidade. Além disso, o trabalho no mundo moderno à medida que desqualifica o trabalhador e o faz perder a ideia de como funciona todo o processo de produção aumenta esse processo de alienação. Lukács considera, então que três formas de trabalho permitem que o homem “suspenda a cotidianidade” mais imediata, pois produzem objetivações que medeiam a nossa relação com o cotidiano: a religião, a ciência e a arte. Ou seja, o trabalho criador.

Moretzsohn (2007) adiciona o jornalismo ao trabalho criador e vê no jornalismo junto com a religião, a arte e a ciência uma instância capaz de produzir objetivações que medeiam a nossa relação com o cotidiano. Moretzsohn propõe então que os jornalistas suspendam a cotidianidade para produzir um jornalismo que seria herdeiro das potencialidades iluministas. Além de uma visão pouco dialética do legado do iluminismo, a autora não deixa muito claro como os jornalistas conseguirão alcançar a “suspensão da cotidianidade” em um setor que vem precarizando sua força de trabalho de forma acelerada (FIGUEIREDO, 2019) e em que seu trabalho vem sendo cada vez mais subsumido ao capital.

Todavia, Moretzsohn, que parte do marco teórico lukacsiano, consegue esboçar uma crítica capaz de incorporar os achados da vertente chamada estudos de *newsmaking* que estudam o jornalismo a partir das rotinas de produção (seria mais correto nomeá-las rotinas de trabalho). Esses trabalhos partem da ideia de que as empresas jornalísticas criam rotinas para lidar com um número enorme de acontecimentos que chegam às redações todos os dias. Por isso escutam prioritariamente as fontes mais credíveis – *experts* e pessoas que ocupam cargos em instituições públicas e privadas -, criam critérios para escolher as notícias que serão prioritariamente apuradas e publicadas etc. São técnicas criadas para economizar tempo e recursos, vencer o deadline da publicação usando as capacidades econômicas da empresa jornalística (TUCHMAN, 1978). Entretanto, esses jornalistas - que passam pela socialização nas redações – acabam por incorporar os valores contidos nessas rotinas como Gitlin (1980) aponta em seu estudo

sobre a cobertura jornalística dos movimentos estudantis da década de 1960 nos EUA. Grande parte dessas rotinas são permeadas por técnicas de entrevista, seleção de acontecimentos e fontes. Portanto, não basta que o *lead* e a pirâmide invertida – enquanto primeira expressão de um conhecimento voltado para o singular – sejam vistos como técnicas capazes de serem apropriadas para um jornalismo emancipatório. Os jornalistas por estarem presos a rotinas dentro do seu processo de trabalho acabam reificando-as, coisificando as relações sociais que cobrem jornalisticamente. E, como o primeiro Lukacs (2003) aponta, esse tipo de ação produz formas fetichizadas de conhecimento, reproduzindo a ideologia dominante.

4. Por uma Criatividade de Classe

O *lead* e a pirâmide invertida são técnicas construídas a partir do trabalho de jornalistas. A técnica teria surgido durante a cobertura da Guerra Civil norte-americana no século XIX em que os jornalistas resumiram as informações a seis perguntas básicas para transmitir a informação por telégrafo. Ou seja, foi um exercício de criatividade de trabalhadores intelectuais apropriado pelas empresas que compravam sua força de trabalho. Furtado (1978) ao discutir as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento coloca em primeiro plano a questão da criatividade. A questão para Furtado é que os países centrais criaram instituições como o Estado Moderno, a Ciência, a Indústria e, adiciono aqui, a Indústria Cultural que os países subdesenvolvidos imitam em certo grau. Furtado entende que, caso os países subdesenvolvidos queiram superar seu estágio de subdesenvolvimento, devem criar suas próprias instituições, superar o plano de racionalidade imposto pelos países centrais.

Nossa proposta é radicalizar a ideia de Furtado, e em vez de colocarmos as relações entre Estados em primeiro plano, pensarmos as relações entre classes como prioritárias. Dessa forma, postulamos que deve ser fomentada, pelos setores progressistas, uma criatividade de classe. E, para isso, os jornalistas devem em primeiro lugar se enxergarem como parte da classe trabalhadora. Esse processo pode ser dividido em duas partes: (1) uma parte institucional, que consiste na criação de novas formas de jornalismo capazes de permitirem aos jornalistas pensarem as relações sociais envolvidas nos fatos que cobrem para além de suas formas reificadas, e (2) uma parte estética e processual que consiste na criação do que Brittos e Rosa (2011) chamam de

padrão tecno-estético alternativo. O padrão tecno-estético é “uma configuração de técnicas, de formas estéticas, de estratégias, de determinações estruturais, que definem as normas de produção historicamente determinadas de uma empresa ou de um produtor cultural particular para quem esse padrão é fonte de barreiras à entrada” (BOLAÑO, 2000, p.234-235).

O *lead* e a pirâmide invertida nada mais são que um padrão tecno-estético criado por trabalhadores intelectuais, no nosso caso, jornalistas; que fora apropriado pelas empresas jornalísticas. Nesse caso, o *lead* pode ser utilizado em um jornalismo alternativo e progressista. Contudo, o jornalismo tal como é praticado hoje não é o fim da história ou o ápice da criação humana, isso seria o fim da história da atividade. Novas técnicas e experimentações podem ser criadas e estabelecerem mediações eficientes com os diferentes públicos. Não há fim da história no jornalismo ou em qualquer outra área. Também seria preciso rever que fontes e critérios de noticiabilidade são utilizados na cotidiano dos jornalistas. As técnicas cotidianas precisam ser revistas e ainda bem que não são eternas.

Do ponto de vista institucional, novas formas de organização são bem vindas. Já há um exercício, nesse sentido, de jornalistas que buscam novas formas de organização e financiamento. Desse ponto de vista, os casos de autogestão em várias áreas como fábricas abandonadas (AZEVEDO, 2015) devem servir de exemplo para novas organizações jornalísticas. Autogestão não se trata de “proposta de índole pequeno-burguesa que toma a solução da alienação mercantil de modo absolutamente idealista”, como Genro (2012, p.129) defende, mas de um acúmulo de conhecimento da classe trabalhadora sobre a gestão de recursos em uma sociedade diferente. Genro aparentemente gostaria de repetir as relações sociais vigentes no sistema capitalista com sinal trocado em uma possível revolução ou regime socialista. Pelo contrário, os jornalistas devem se apropriar de todo conhecimento estético, técnico e organizacional disponível para criar um novo jornalismo em um novo mundo (FIGUEIREDO, 2018) e não reproduzir determinadas relações capitalistas com sinal trocado.

5. Considerações finais

Genro é um autor cujo trabalho permite inúmeras discussões sobre uma teoria marxista do jornalismo. Seu grande sucesso se deve ao pioneirismo em demonstrar que

a prática jornalística pode, sim, ser usada de forma progressista e revolucionária sem recorrermos a anacronismos como o jornalismo político-literário habermasiano. Entretanto, seu grande sucesso não vem dos aspectos marxistas de sua obra, mas de fornecer subsídios para defesa do jornalismo como uma forma de conhecimento com características próprias, um complexo produtor de conhecimento com suas próprias técnicas, algo que não está equivocado.

Como descuida de aspectos como o trabalho intelectual e toma a forma de jornalismo produzida no século XX – e que ensinamos até hoje com algumas mudanças trazidas pelas novas tecnologias e adotadas pelo mercado - como um modelo acabado, foi facilmente apropriado mesmo por não marxistas. Souza, por exemplo (2016, p. 89) lamenta que “‘O Segredo da Pirâmide’ infelizmente tornou-se referência inócua no debate comunicacional brasileiro, isso porque há uma espécie de pasteurização do seu conteúdo, em que especialmente o marxismo do autor é ignorado, evitado e criticado”. É justamente pela falta de radicalidade e da presença de um certo conservadorismo no trabalho do próprio Genro que seu trabalho sofreu essa pasteurização pelo *mainstream* do campo, e é evitado por alguns marxistas.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. São Paulo: Zahar, 2006.
- AZEVEDO, J. A. A comunicação em fábricas recuperadas por trabalhadores: fluxos de informação ou relações de comunicação?. **Eptic**, v. 17, n. 1, p. 125-141, 2015.
- BOLAÑO, C. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.
- BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D. Um pensamento materialista em comunicação. In: BIANCO, N. R.; LOPES, R. S. (Org). **O Campo da Comunicação: Epistemologia e Contribuições Científicas**. São Paulo: Socicom Livros, 2020. pp. 165-187.
- BOLAÑO, C; PÁEZ, A; HERRERA-JARAMILLO, M. Mediación, subsunción y apropiación social. Contribución al diálogo entre estudios culturales, economía política y comunicación. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 2017.
- BREED, W. Controlo Social na Redacção. Uma Análise Funcional. In: TRAQUINA, N. (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. 1. ed. Lisboa: Veja, 1993. p. 152 – 166.
- BRITTOS, V. C.; ROSA, A.M.O. Padrão tecno-estético: hegemonia e alternativas. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 11, 2010, **Anais eletrônicos**. Novo Hamburgo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-1335-1.pdf>

FIGUEIREDO, C. Para além do Empreendedorismo e da Precarização: Apropriação das Tecnologias por Jornalistas para a Produção de um Jornalismo Emancipatório. **Líbero.**, v. 21, n. 41, p. 88-99, 2018.

FIGUEIREDO, C. Jornalismo e economia política da comunicação: elementos para a construção de uma teoria crítica do jornalismo. **Âncora.** v.6, n.1, p.12-28, 2019.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GENRO, A. **O segredo da pirâmide.** Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GITLIN, T. **The Whole World is Watching:** Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left. Berkeley: University of California Press, 2003.

HABERMAS, J. **Transformação Estrutural da Esfera Pública.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Editora Paz e Terra, 1972

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Estética I.** Grijalbo: Barcelona, 1965.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORETZSOHN, S. **Pensando Contra os Fatos: Jornalismo e Cotidiano:** do Senso Comum ao Senso Crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SIMPSON, Christopher. **Science of Coercion.** Communication Research and Psychological Warfare, 1945-1960. New York: Open Road, 2015.

SLAČEK BRLEK, Sašo; MANCE, Boris. The strictest Taboo: the marginalization of Marxism in mainstream communication studies. **Critical Sociology**, v. 50, n. 4-5, p. 589-614, 2024.

SOLOSKI, J. O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”.** Lisboa: Veja, 1993. p. 91-100.

SOUZA, R. B. R. Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lukács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, n. 2, p. 88-97, 2016.

TUCHMAN, Gaye. **Making News:** A Study in the Construction of Reality. New York/ London: The Free Press, 1978.